

Inflação ter caído ou subido não afeta discussão sobre metas, diz Galípolo

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, afirmou na terça-feira (13) que o atual cenário da economia não impacta a discussão sobre metas de inflação, prevista para ocorrer em duas semanas, e disse ter certeza de que manter os juros altos não é um desejo do BC (Banco Central). O economista foi indicado por Lula (PT) para a vaga na diretoria de Política Monetária da autarquia.

“Como a gente discute? Sempre a partir de uma visão estrutural e não conjuntural e oportunística. O fato de a inflação ter caído ou ter subido não afetou em nada, acho até que isso fica bastante claro na decisão de se respeitar o rito

normal”, disse Galípolo em evento da revista piauí sobre o funcionamento da máquina pública.

“Por que não antecipa a discussão de meta de inflação? Porque não há nada de conjuntural perturbando o tema da discussão da meta de inflação”, acrescentou.

A meta de inflação é definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), colegiado formado pelos ministros da Fazenda (Fernando Haddad), do Planejamento e Orçamento (Simone Tebet) e pelo presidente do BC (Roberto Campos Neto).

O tema é tradicionalmente discutido pelo CMN nas reuniões de junho. Para o próximo encontro, agendado para o dia 29, há grande ex-

pectativa quanto à discussão sobre as metas de inflação. Isso porque o governo já sinalizou anteriormente o desejo de mudar o alvo da autoridade monetária nos próximos anos.

Atualmente, os objetivos perseguidos pela autoridade monetária são 3,25% neste ano e 3% em 2024 e 2025, com intervalos de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Lula criticou publicamente os objetivos fixados até 2025, considerados pelo chefe do Executivo como muito baixos. A definição das metas atuais foi feita na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), uma vez que o debate é feito com três anos de antecedência.

Nathalia Garcia/Folhapress



Economia



Governo quer ajuste em arcabouço fiscal para evitar corte de R\$ 40 bi no Orçamento de 2024

Página - 03

Reforma tributária pode aumentar a arrecadação de 98% dos municípios brasileiros, diz pesquisa

Página - 03



Conab estima produção de grãos em 315,8 milhões de toneladas

Pág - 05

Faturamento com exportações do agro têm avanço moderado no início de 2023

Página - 05



Política

Moraes prevê julgamento em 6 meses no STF dos envolvidos nos ataques do 8/1

Página - 04

Lula manda recado ao MST e diz que pode fazer reforma agrária sem barulho, guerra e invasões

Página - 04

No Mundo

EUA correm para repor blindados perdidos pela Ucrânia



O ritmo de perda dos novos tanques e blindados doados pelos Estados Unidos e seus aliados para a contraofensiva em curso da Ucrânia alarmou os estrategistas ocidentais. O Pentágono deverá anunciar na terça (13) um reforço no envio desse tipo de armamentos.

Apenas na primeira semana da ofensiva, iniciada no domingo retrasado (4), Kiev perdeu 14% dos mais avançados tanques que recebeu, o Leopard-2A6 alemão, e outros 14% dos veículos blindados de infantaria americanos Bradley. Os dados são do site holandês de monitoramento

Oryx, que só trabalha com imagens públicas e que podem ser georreferenciadas. Ou seja, o número pode ser bem maior que os 3 tanques e 16 blindados registrados até esta manhã.

Segundo o Pentágono informou a repórteres, o anúncio que deve ser feito nesta terça incluirá “algumas dezenas” de Bradley e do blindado sobre rodas Stryker, somando US\$ 325 milhões (R\$ 1,5 bilhão).

Por óbvio, numericamente as perdas não são altas, mas o ritmo preocupa os aliados de Kiev porque a contraofensiva ainda não chegou a um ponto de alta pressão. Por ora,

os ucranianos estão testando diversos pontos da frente de 1.000 km defendida pelos russos em território ocupado, principalmente em Zaporíjia (sul) e Donetsk (leste).

Ao identificar o alvo principal para tentar romper as linhas defensivas russas, haverá uma massa muito maior de equipamento blindado em uso. A Otan (aliança militar ocidental) diz ter treinado e equipado nove brigadas, talvez 45 mil soldados, mas nenhum detalhe é 100% conhecido. O seu chefe, Jens Stoltenberg, falou genericamente em 230 tanques, mas não sobre modelos.

Igor Gielow/Folhapress

Ecoativistas na Europa trocam sopa e purê por tinta e atraem ira das autoridades



Ambientalistas da Europa já atiraram sopa em um Van Gogh, purê de batata em um Monet e farinha em um Andy Warhol. Agora, parecem ter trocado seus instrumentos de combate -e seus alvos.

Nas últimas semanas, manifestantes têm lançado tinta colorida em diversos marcos arquitetônicos do continente, sejam eles públicos, como a Fontana di Trevi, em Roma, e o teatro La Scala, em Milão, ou privados, como a Fundação Louis Vuitton, um dos museus mais concorridos de Paris.

Assim como a estratégia anterior, esta também é feita para causar impacto nas re-

des, por meio de ações performáticas instagramáveis. A explicação reside no perfil dos ativistas por trás desses atos, descritos pelo jornalista e pesquisador francês Marc Lomazzi como uma geração nascida por volta dos anos 2000 que não acredita na vontade de governantes de implementar políticas de combate à crise climática.

“Eles têm um discurso radical e rejeitam a ideia de transição ecológica. Querem uma revolução verde”, diz à reportagem o autor de “Ultra Ecológicos: Les Nouveaux Croisés de l’Écologie” -ou ultraecológicos, os novos cruzados da ecologia, sem edição no Brasil-, por email. Para

Lomazzi, esses manifestantes estão dispostos a ir além da desobediência civil não violenta que marcou a maioria de suas manifestações.

Mas só os atos já foram suficientes para atrair a ira de governos. Reino Unido e Itália anunciaram projetos de lei mais duros para reprimir os ambientalistas, a quem se referem como “ecofanáticos” e “ecovândalos”.

No final de maio, a Alemanha mobilizou agentes do país todo para uma operação que investiga membros do Letzte Generation por formação de quadrilha e apoio a organização criminosa.

Clara Balbi/Folhapress

Visita de Von der Leyen rompe isolamento da América Latina, diz especialista

A visita da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, ao Brasil, Argentina, Chile e México “rompe isolamento da América Latina na agenda da União Europeia.”

Esta é a avaliação da doutora em relações internacionais e especialista em Europa Carolina Pavese.

À CNN Rádio, ela classificou a reunião que Von der Leyen teve com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva como simbólica.

Ao mesmo tempo, ela afirmou que o encontro “aquece trabalhos” para a cúpula que acontecerá em julho com os primeiros-ministros e presidentes dos países da América Latina, Caribe e União Europeia, em Bruxelas.

Pavese destacou que a América Latina não ocupa papel de muito privilégio na política externa europeia por uma série de fatores.

“Economicamente temos participação pequena no blo-

co europeu, de 3%”, disse.

Além disso, o fluxo migratório de latinos “é pequeno comparado com pessoas vindas da África e Oriente Médio.”

Também “somos região pacífica em termos de defesa, não somos nem tão importantes, nem tão problemáticos assim.”

A aproximação, no entanto, acontece “principalmente numa agenda comercial e diversificação de parceiros”, como no caso de fornecer insumos para a transição energética europeia.

Von der Leyen reforçou o desejo de ter o acordo comercial entre União Europeia e Mercosul em breve.

Carolina Pavonese lembrou que o acordo levou 20 anos para ser negociado e precisa entrar em processo de ratificação em todos os países envolvidos.

“Não há prazo e deve demorar um pouco, mas dar esse fôlego e ‘empurrão’ é importante”, completou. CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Governo quer ajuste em arcabouço fiscal para evitar corte de R\$ 40 bi no Orçamento de 2024



O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quer fazer ajustes no ponto de partida do novo arcabouço fiscal para evitar um corte de até R\$ 40 bilhões nas despesas de custeio e investimentos na proposta de Orçamento para 2024, que precisa ser enviada até 31 de agosto deste ano.

A permanência desse cenário obrigaria a gestão petista a passar a tesoura nos recursos de diversas políticas públicas. Ainda que o próprio arcabouço autorize a recomposição desses valores no ano que vem, propor gastos menores já na largada das discussões seria delicado do ponto de vista político, além de afetar a organização e gestão do Orçamento.

O secretário de Orçamen-

to Federal do Ministério do Planejamento, Paulo Bijos, diz que uma das possibilidades é alterar, no próprio projeto de lei da regra fiscal, a inflação que corrige o limite de despesas anualmente. A desvantagem desse caminho é que o texto, hoje em tramitação no Senado, precisaria passar por nova votação na Câmara dos Deputados, atrasando ainda mais o cronograma. Outra opção, segundo ele, é inserir no PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, ainda em análise pelo Congresso, uma autorização para o governo incluir os R\$ 40 bilhões de forma condicionada à abertura de novos créditos no ano que vem. O desenho atual do arcabouço já contém uma brecha para permitir essa

abertura de créditos no próximo exercício.

A escolha da melhor estratégia será uma decisão política. Nos últimos dias, a necessidade de aperto tem sido alvo de alerta da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Segundo ela, as cifras podem ficar entre R\$ 32 bilhões e R\$ 40 bilhões.

Os valores também já haviam sido apontados por economistas, que viram na possibilidade de abertura dos créditos uma manobra para permitir gastos extras em 2024. O risco de corte nas discricionárias na proposta de Orçamento decorre de uma mudança feita pela Câmara dos Deputados no texto proposto pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Had-

Idiana Tomazelli/Folhapress

Reforma tributária pode aumentar a arrecadação de 98% dos municípios brasileiros, diz pesquisa

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que os ganhos de arrecadação da reforma tributária podem se disseminar por até 98% dos municípios — beneficiando especialmente regiões mais pobres.

Pesquisador de carreira do Ipea e um dos autores do estudo, Sérgio Gobetti explica que sem considerar os efeitos de crescimento econômicos que trariam a reforma, 85% dos municípios ganhariam.

O cenário que prevê ganhos a 98% dos municípios traz uma estimativa “relativamente conservadora” — segundo o pesquisador, atualmente cedido à Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul. A projeção considera crescimento adicional de 12% do Produto Interno Bru-

to (PIB) em 20 anos.

Ainda de acordo com o especialista, os outros 2% representam municípios muito ricos, com uma receita per capita superior à média nacional, caso de cidades com refinaria de petróleo e hidrelétricas.

“Mas mesmo esses 2% não terão queda de arrecadação, pois a regra de transição garante que ninguém receba, durante os 20 primeiros anos, menos do que o valor atual de sua receita corrigido pela inflação”, completa o pesquisador.

Sócia da área de Contencioso Tributário do Machado Associados, Maria Andréia dos Santos reitera a capacidade da reforma de levar ganhos à relevante proporção de municípios, mas faz pontuações sobre a metodologia do estudo, como o uso de dados possivelmente desatualizados. CNN



Febraban e Santander avaliam recorrer de decisão do STF sobre PIS/Cofins



As instituições financeiras avaliam se irão recorrer da decisão do STF que considerou constitucional a cobrança de PIS/Cofins sobre receitas com intermediação financeira.

Em nota, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) diz que, assim que o acórdão da decisão for publicado, avaliará os próximos passos, inclusive a possibilidade de eventual recurso.

Em comunicado ao mercado, o Santander informou que possui ações na Justiça no valor estimado de R\$ 4,5 bilhões. O banco diz que aguardará a publicação do acórdão da decisão para debater medi-

das e recursos ainda cabíveis.

“No entendimento da companhia, alguns pontos não foram apreciados no caso específico do banco por se tratar de julgamento na modalidade de repercussão geral”, diz o Santander.

A instituição informou ainda que, desde a publicação da lei 12.973, em 2014, já recolhe PIS/Cofins integralmente.

Levantamento realizado pela Febraban estima em R\$ 12 bilhões o montante em discussão, com base nas demonstrações financeiras de dezembro de 2022 de nove instituições (Bank Of America, BNP Paribas, Bradesco, BTG Pactual, Daycoval, GMAC, Itaú-Unibanco, Mer-

cantil do Brasil e Santander).

Dos 15 maiores bancos públicos e privados, Banco do Brasil, Banrisul, Caixa Econômica Federal, Citibank, Safra e Votorantim, não possuem ações judiciais sobre o tema, pois aderiram ao chamado “Refis dos bancos” de 2013, segundo a federação.

Na lei orçamentária, o governo federal estimou impacto de até R\$ 115 bilhões em caso de derrota, pois teria de devolver o tributo pago nos cinco anos anteriores às primeiras ações sobre o tema, desde 2000 em alguns casos, até a edição de uma lei de 2014, ano a partir do qual os tributos foram colhidos sem contestação. Eduardo Cucolo/Folhapress

Política

Moraes prevê julgamento em 6 meses no STF dos envolvidos nos ataques do 8/1



O ministro Alexandre de Moraes, do STF, disse na terça-feira (13) que pretende julgar em seis meses os processos das pessoas acusadas de participar dos ataques golpistas do 8 de janeiro, mas admitiu que é possível que esse prazo não seja cumprido.

Para isso, segundo o ministro, ele tem feito reuniões com a PGR e pretende dividir em blocos de 30 denúncias, porque muitas testemunhas seriam as mesmas.

Moraes traçou um panorama sobre o andamento das ações penais decorrentes do 8 de janeiro em evento promovido pela revista Piauí e pelo YouTube na manhã da terça-feira (13).

Ele afirmou que está aguardando as defesas prévias dos acusados para ver o número de testemunhas que serão arroladas. Entende que as chamadas testemunhas de antecedentes não serão ouvidas, mas poderão anexar peças por escrito ao processo.

Testemunha deste tipo é arrolada pela defesa para comprovar a conduta idônea do réu. Geralmente, não conhecem dos fatos e falam apenas da idoneidade e conduta da pessoa.

“Espero que, em até seis meses, todos os processos estarão acabados. O prazo pode passar porque ainda não conseguimos terminar o finalzinho do recebimento das denúncias porque alguns foram trocando de advogados”,

disse. “Mas, pelo menos os 250 presos que são os crimes mais graves, nesses seis meses, o Supremo vai encerrar.”

Moraes também rebateu acusações das defesas dos acusados que alegam que as peças dos processos são fracas por não apontarem condutas individuais. Ele disse que, quem afirma isso “não entende nada de direito penal”.

“Se agora começar uma rixa, um batendo no outro, não preciso dizer que a pessoa destruiu a cadeira, rabisçou o carpete. São condutas múltiplas. Precisa individualizar, comprovar que esteve no local, participou da depredação e que houve depredação. Não precisa dizer que riscou o quadro tal.”

Constança Rezende/Folhapress

Lula manda recado ao MST e diz que pode fazer reforma agrária sem barulho, guerra e invasões



O presidente Lula afirmou na terça-feira (13) que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não vai mais precisar invadir propriedades durante o seu governo e que não será necessário “ter guerra”, porque, segundo ele, seu governo fará a reforma agrária.

A fala do mandatário acontece após uma série de invasões promovidas pelo MST, que chegou a ocupar uma área que pertence à Embrapa.

As invasões se tornaram uma fonte de desgaste para o governo nesses primeiros meses e deram mais força para a instalação de CPI criada na Câmara para investigar o movimento.

Ação que pode tornar Bolsonaro inelegível caiu em ‘vala comum’, diz Moraes sobre trâmite

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), disse que as ações que podem tornar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) inelegível caíram na “vala comum” do TSE, corte que preside.

A declaração foi feita pelo ministro nesta terça-feira (13), após ser questionado sobre a celeridade do processo contra Bolsonaro pautado para 22 de junho, durante evento promovido pela revista Piauí.

O ministro declarou que o TSE julga de acordo com a Constituição e a lei e que tudo que é liberado para julgamento na corte é votado e “não há escolha de casos”.

“Chegou isso para julgar, nós vamos julgar, independentemente do resultado, o TSE vai cumprir a sua missão. A Justiça Eleitoral sempre foi célere, até porque os prazos são diferenciados, e tudo que chega é julgado. Então não seria esse o caso, por envolver

um ex-presidente, que eu tiraria esse caso, vou esperar um momento propício, não. Entrou na vala comum”, disse.

A ação que vai a voto analisa se reunião promovida por Bolsonaro com embaixadores no Palácio do Alvorada, em julho do ano passado, configura abuso de poder político. Na ocasião, o então mandatário fez acusações contra o sistema eleitoral sem apresentar provas.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, integrantes do TSE buscavam julgar até o meio do ano ao menos um processo que podem tornar o ex-chefe do Executivo inelegível --ou seja, proibido de disputar eleições.

A ação foi liberada para ir a julgamento pelo corregedor do TSE, ministro Benedito Gonçalves, em 1º de junho.

Moraes também comentou supostas críticas de que a corte eleitoral nunca cassou um governador da região Sudeste.

Constança Rezende/Folhapress



“Vamos fortalecer a pequena e média propriedade, vamos fortalecer o agronegócio, vamos continuar fazendo reforma agrária, porque aonde precisar assentar gente, vamos assentar. E é uma coisa importante”, afirmou o presidente, durante transmissão ao vivo nas redes sociais.

“Eu disse para o [ministro do Desenvolvimento Agrário] Paulo Teixeira esses dias: não precisa mais invadir terra. Se quem faz o levantamento da terra improdutivo é o Incra, o Incra comunica o governo quais são as terras improdutivas que estão em cada estado e a partir daí vamos discutir a ocupação dessa terra.”

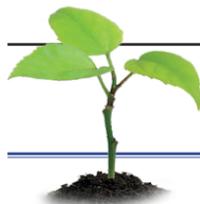
“É simples. Não precisa ter barulho, não precisa ter

guerra. Precisa ter competência e capacidade de ocupação”, completou o presidente.

O mandatário também afirmou que não há problemas entre o seu governo e o agronegócio, do ponto de vista econômico.

“Eu nunca tive problema com o agronegócio. Eu governei por oito anos esse país. Eles sabem tudo o que fizemos por eles. No nosso tempo, uma dessas máquinas coletoras era financiada com 2% de juros ao ano, hoje eles estão pagando 14% a 18% de juros ao ano. Do ponto de vista econômico eles não têm problema conosco. O problema pode ser ideológico e, se for, paciência”, afirmou o presidente.

Renato Machado/Folhapress



Conab estima produção de grãos em 315,8 milhões de toneladas



A produção de grãos no Brasil deverá bater novo recorde com 315,8 milhões de toneladas na safra 2022/2023. A previsão consta do 9º Levantamento da Safra de Grãos, divulgado na terça-feira (13), em Brasília, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Se confirmada a expectativa, ela representa um crescimento de 15,8% na comparação com a safra obtida no ciclo anterior – ou um volume superior de 43,2 milhões de toneladas.

Já a área destinada ao plantio apresenta crescimento de 4,8%, na comparação com o ciclo 2021/22, chegando a 78,1 milhões de hectares.

O maior crescimento do atual ciclo é o da produção de

soja, que está com a colheita “praticamente finalizada”, segundo a Conab. A estimativa é de que a oleaginosa chegue a uma produção de 155,7 milhões de toneladas, número que representa crescimento de 24% (acréscimo de 30,2 milhões de toneladas) em relação ao obtido no ciclo 2021/2022.

“Mato Grosso, principal estado produtor, registra um novo recorde para essa safra, com produção estimada em 45,6 milhões de toneladas. Bahia também é um destaque com a maior produtividade do país com 4.020 kg/ha”, informou a Conab.

Segundo o gerente de Acompanhamento de Safras da Conab, Fabiano Vasconcelos, nesses dois casos o resultado é “reflexo do bom pa-

cote tecnológico e condições climáticas favoráveis”.

A expectativa é de que o milho também registre produção recorde, segundo o levantamento. A previsão é de uma colheita de 125,7 milhões de toneladas do grão, somadas as três safras do cereal ao longo do ciclo. Se confirmada a expectativa, o volume a ser colhido será 11,1% acima do produzido em 2021/22, o que representa um acréscimo de 12,6 milhões de toneladas.

“Na primeira safra do grão, a colheita está quase finalizada, com uma produção de 27,1 milhões de toneladas. Já para a segunda safra, em fase inicial de colheita, estima-se uma produção de 96,3 milhões de toneladas”, destacou a Conab.

Pedro Peduzzi/ABR

Exportação de soja do Brasil tem forte início em junho, embarque de açúcar avança

A exportação de soja do Brasil até a segunda semana de junho registrou média diária de 768,3 mil toneladas, alta de 61,5% ante o registrado na média do mesmo mês completo de 2022, informou a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) nesta segunda-feira.

O volume embarcado de soja no acumulado do mês até a segunda semana somou 4,6 milhões de toneladas, versus 9,99 milhões de toneladas em junho completo do ano passado, segundo a Secex.

As informações preliminares da Secex apontam, por ora, uma alta mais forte na comparação com as projeções de embarque do setor privado.

A Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) projetou na semana passada aumento de mais de 30% nas exportações da ole-

aginosa em junho versus o mesmo mês de 2022.

O Brasil deverá exportar volumes recordes de soja em 2023, acima de 90 milhões de toneladas. De janeiro a junho, a Anec projeta embarques de 64,45 milhões de toneladas.

Exportadores tiram proveito da grande produção brasileira, enquanto focam a oleaginosa antes da chegada de maiores volumes do milho, com a colheita da segunda safra em seu início. O cereal tende a disputar espaço nos portos com a oleaginosa nos próximos meses.

A exportação de milho neste mês ainda está mais fraca. Atingiu até a segunda semana média diária de 38,5 mil toneladas, versus 47,1 mil ao dia no mesmo mês completo de 2022, segundo a Secex.

Já a exportação de açúcar aumentou mais de 10% na média diária.

Notícias Agrícolas



Faturamento com exportações do agro têm avanço moderado no início de 2023



O faturamento com as exportações brasileiras dos produtos do agronegócio seguiu avançando nos quatro primeiros meses de 2023, mas o ritmo de alta foi menos intenso que o verificado em anos anteriores.

Pesquisas do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP, realizadas com base em dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Secretaria de Comércio Exterior – sistema Siscomex – mostram que, de janeiro a abril de 2023, o faturamento em dólar do setor cresceu 4,3% frente ao mesmo período do ano anterior, sendo puxado pelo aumento

do volume – de 9,8% –, visto que os preços em dólar caíram 5%. Em moeda nacional, o faturamento apresentou alta de 4,9%. Pesquisadores do Cepea destacam que os produtos que mais contribuíram para o aumento do volume exportado foram o milho (os embarques cresceram expressivos 144%), o etanol (+74%), o óleo de soja (26,1%), a carne suína (+16,4%), a carne de frango (+13,4%), celulose (+9,8%), soja em grãos (+3,3%), açúcar (+2,5%) e farelo de soja (+1,1%).

Quanto à queda no preço médio pago pelos produtos do agronegócio brasileiro, pesquisadores do Cepea indicam que esse movimento se deve ao arrefecimento na taxa de crescimento da demanda

internacional em 2023 e também ao avanço da produção mundial. A taxa de crescimento das economias ao redor do mundo tem diminuído, resultando em menor pressão de demanda sobre os preços das commodities. Do lado da oferta, os elevados preços praticados em 2021 e 2022 motivaram o incremento da produção em importantes países. No Brasil, confirma-se o avanço superior a 14% na safra de grãos, sendo que a produção de soja cresceu mais de 20% no ciclo 2022/23. No entanto, preocupações de ordem sanitária e fitossanitária seguem na agenda dos produtores, principalmente devido ao surgimento de casos de influenza aviária em aves silvestres no País.

Cepea

Finanças

Juros: Taxas sobem com realização de lucros puxada pelo exterior



Os juros futuros fecharam a sessão em alta firme, numa combinação de ajustes técnicos com o ambiente externo que resultou na realização de lucros que o mercado ontem não conseguiu concluir. A abertura dos juros globais deu espaço para uma recomposição de prêmios nos principais vencimentos. A agenda local esteve esvaziada, mas a derrota do governo no Senado na questão da desoneração da folha de pagamentos foi citada como um dos fatores a apoiar a correção, além da entrevista do diretor do Banco Central Renato Dias Gomes, ao Broadcast/Estadão, afirmando que o Copom não deve ter

pressa na redução da Selic. O impulso foi maior nas taxas longas, que entre ontem e hoje devolveram toda a queda vista na semana passada. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 fechou em 13,075%, de 12,983% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2025 subiu de 11,032% para 11,19%. O DI para janeiro de 2027 terminou com taxa de 10,74%, de 10,49%, e a do DI para janeiro de 2029 voltou a cruzar a marca de 11%, fechando em 11,13% (máxima), de 10,85%. O mercado ontem chegou a ensaiar uma realização mais firme, mas que acabou sendo esvaziada pelas declarações do presidente do Banco Cen-

tral, Roberto Campos Neto, de que os movimentos de mercado abrem espaço para uma atuação do Copom mais à frente, lidas como um sinal de que a Selic pode começar a cair no terceiro trimestre. Durante a noite, porém, o diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução do Banco Central, Renato Dias Gomes, defendeu, em entrevista ao Broadcast/Estadão, cautela para entender como a política monetária está agindo nos canais esperados e se a desinflação vai ocorrer como o BC aguarda. “Acho que não tem que ter pressa, porque um afrouxamento açado tem custos elevados para o País no futuro”, disse.

IstoéDinheiro

Dólar cai 0,08% e fecha a R\$ 4,8624 com exterior na véspera da decisão do Fed



Após ensaiar uma baixa mais pronunciada pela manhã, quando rompeu o piso de R\$ 4,8500, o dólar à vista recuperou parte do fôlego ao longo da tarde, em meio a perdas mais fortes do Ibovespa e à escalada dos juros futuros locais e dos Treasuries. Embora a leitura benigna do índice de preços ao consumidor dos EUA em maio tenha endossado a aposta em manutenção da taxa de juros na reunião de política monetária do Federal Reserve amanhã, ganhou corpo ao longo da tarde a expectativa de retomada do aperto em julho.

Entre máxima a R\$ 4,8795 e mínima a R\$ 4,8485, o dólar à vista encerrou a sessão

em baixa de 0,08%, cotado a R\$ 4,8624, ainda no menor valor de fechamento desde 6 de junho do ano passado. No mês, a divisa acumula desvalorização de 4,15%, com queda em sete dos oito pregões de junho. No exterior, o dia foi de enfraquecimento da moeda americana. O índice DXY recuou para a casa dos 103,300 pontos, com quedas frente ao euro e, em especial, à libra esterlina. Dados positivos do mercado de trabalho no Reino Unido, com queda da taxa de desemprego, alimentaram as expectativas de mais alta de juros pelo Banco da Inglaterra (BoE). O rendimento do título público britânico (Gilt) de 2 anos alcançou maior nível desde agosto

de 2008. Divisas emergentes e de países exportadores de produtos básicos ganharam terreno com a alta de preços de commodities metálicas e do petróleo, na esteira de melhora das perspectivas para a economia chinesa. O Banco do Povo da China reduziu taxas de juros de crédito de curto prazo e de operações recompra. A moeda chinesa, o yuan, caiu ao menor valor frente ao dólar em seis meses.

O economista-chefe da Western Asset, Adauto Lima, observa que, apesar de o CPI confirmar a desaceleração da inflação, o mercado ainda está em dúvida sobre os próximos passos do Fed após uma eventual pausa no ciclo de alta ontem.

IstoéDinheiro

Ibovespa cede 0,51% com avanço dos juros e interrompe sequência de 7 altas

O Ibovespa interrompeu a sequência de sete pregões de alta e encerrou a sessão desta terça-feira, 13, em queda de 0,51%, a 116.742,71 pontos, em um movimento de correção após os ganhos recentes. O avanço dos juros futuros levou a quedas das ações ligadas à economia local, enquanto os papéis da Petrobras, negociados “ex-dividendos” a partir de hoje, passaram por uma realização de lucros apesar do avanço dos preços de petróleo.

Esses fatores levaram a referência da B3 a ignorar o sinal positivo de Nova York, onde os pares avançaram até 0,83% (Nasdaq) à véspera da decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed). Após dados de inflação em linha com o esperado nos EUA, a ferramenta de monitoramento do CME Group aponta mais de 90% de chance de manutenção dos juros na faixa de 5% a 5,25%, embora o mercado aposte em novo aperto em julho.

Diante dessa perspectiva, a curva dos Treasuries renovou máximas ao longo da sessão e puxou aumentos de 10 a 25 pontos-base nas

taxas dos contratos de Depósito Interfinanceiro (DI). Esse movimento estimulou a queda do Ibovespa, liderada por segmentos sensíveis aos juros, como imobiliário (-2,76%), de consumo (-1,85%) e de small caps (-1,95%), que tiveram as maiores perdas do pregão.

“Sempre que vemos uma alta mais forte dos juros tem um movimento inverso nas ações, e isso é o que aconteceu hoje, além do movimento de realização de preços”, afirma o sócio e analista da Finacap Investimentos Felipe Moura. “Como tivemos sete pregões consecutivos de alta, o que vimos hoje é mais uma realização dos lucros do que uma mudança fundamental.”

Ações de empresas sensíveis à economia doméstica tiveram as maiores perdas da sessão, puxadas por CVC ON (-6,90%), Lojas Renner ON (-5,78%), Méliuz ON (-5,13%), Magazine Luiza ON (-5,05%) e Gol ON (-5,03%). A CVC e a Gol foram prejudicadas também pelo aumento em torno de 3,4% dos contratos futuros de petróleo, refletindo a expectativa por pacotes de estímulo econômico na China.

IstoéDinheiro



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Banco PSA Finance Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 – NIRE 35.300.174.551

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2023

Data, Hora e Local: Aos 29/03/2023, às 10h00 horas, por meio de videoconferência, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Cezar Augusto Janikian, como Presidente e Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim, como Secretária. **Deliberações da Ordem do Dia:** Por unanimidade: (i) APROVAR (1) as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; (2) a proposta para destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2022, no montante total de R\$ 25.615.429,86; (3) O Estudo Técnico de Realização dos Créditos Tributários; e (4) A submissão às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia da aprovação das matérias constantes deste item (i). (ii) APROVAR a submissão do plano anual de negócios e do orçamento estratégico da Companhia para o ano de 2023 às referidas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia; (iii) RATIFICAR a reeleição da Sra. **Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim**, RG nº 38.980-943-3 e CPF/MF nº 400.519.098-71, para o cargo de Ouvidora da Companhia, com início da atividade em 30/03/2023; e (iv) RATIFICAR a aprovação dos seguintes Relatórios: (i) Relatório do Canal de Denúncias da Companhia relativo ao 2º semestre de 2022; (ii) Relatório do Risco de Conformidade, relativo ao ano de 2022, (iii) Relatório de Avaliação de Efetividade, relativo ao ano de 2022; (iv) Relatório sobre Open Finance, relativo ao 1º e 2º semestre de 2022; nos termos dos documentos arquivados na Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. **Assinaturas:** Presidente: Cezar Augusto Janikian; Secretária: Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim. **Conselheiros:** Cezar Augusto Janikian, Patrice Jean Claude Volovik e Vincent Hervé PY. São Paulo, 29/03/2023. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 198.548/23-0 em 15/05/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Banco PSA Finance Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 – NIRE 35.300.174.551

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2023

Data, Hora e Local: Aos 31/03/2023, às 10h00, por meio de videoconferência, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Cezar Augusto Janikian, como Presidente, e Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim, como Secretária. **Deliberações da Ordem do Dia:** Por unanimidade: **a)** declaração e o pagamento de **Juros sobre o Capital Próprio**, com base no lucro da Companhia do período de 01 de Janeiro a 31/03/2023, no montante bruto de R\$ 3.500.513,58, equivalentes a R\$ 16,7205479. O valor dos Juros sobre o Capital Próprio ora propostos será pago em até 60 dias contados desta data. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: Cezar Augusto Janikian e Secretária: Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim. **Conselheiros:** Angel Santodomingo Martell, Cezar Augusto Janikian, Patrice Jean Claude Volovik e Vincent Hervé PY. São Paulo, 31/03/2023. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 199.818/23-0 em 16/05/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Nexans Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 31.860.364/0012-28 – NIRE 35.300.141.733

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2023

Em 14/02/2023 às 08:00 horas por conferência telefônica com a participação da totalidade dos Conselheiros, independente de convocação, presidida pelo Sr. Jean Christophe Juillard e Sr. Wellington Henrique Fernandes Rodrigues como secretário. Em conformidade com a ordem do dia, foram tomadas por votação unânime: (i) aprovar e ratificar a contratação de linhas de crédito ou empréstimos de curto prazo (até 12 meses) e a emissão de garantias contratuais junto aos Bancos listados no Anexo A e dentro dos respectivos limites estabelecidos neste mesmo Anexo A, que são válidos para o ano calendário de 2023 até 31/01/2024, mediante aprovação por email pelo Vice-Presidente Corporativo de Tesouraria e Financiamento, o Senhor Benoit CUIGNET; (ii) aprovar e ratificar a obtenção de empréstimos de longo prazo conforme as linhas de crédito oferecidas pelo BNDES e pelos Bancos listados no Anexo A, contratação de derivativos e garantias, e dentro dos respectivos limites estabelecidos neste mesmo Anexo A, que são válidos para o ano calendário de 2023 até 31/01/2024 mediante aprovação por email pelo Vice-Presidente Corporativo de Tesouraria e Financiamento, o Senhor Benoit CUIGNET; (iii) aprovar e ratificar o hedge de metais para alumínio e cobre com os brokers relacionados no Anexo A, que são válidos para o ano calendário de 2023 até 31/01/2024, mediante aprovação por email pelo Vice-Presidente Corporativo de Tesouraria e Financiamento, o Senhor Benoit CUIGNET. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. **Conselheiros:** Sr. Jean Christophe Juillard, Sr. Juan Ignacio Eyzaguirre e Sr. Franck Blanchard. São Paulo, 14/02/2023. Wellington Henrique Fernandes Rodrigues – Secretário – OAB/SP 278.429. JUCESP. Certificado o registro sob o nº 125.468/23-4 em 30/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Athena Healthcare Holding S.A.

CNPJ/ME nº 26.753.292/0001-27 – NIRE 35.300.499.514

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 22 de junho de 2023

A Diretoria da **Athena Healthcare Holding S.A.** ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores Acionistas da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 22 de junho, às 10h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência Teams, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("IN DREI/81"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) eleição de membro para compor a Diretoria da Companhia; e (ii) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir a deliberação tomada nesta Assembleia. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – ri@athenasauade.com.br, com o mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 14 de junho de 2023. **Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente (14, 15 e 16/06/2023)

Tutelar Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 55.389.399/0001-36 – NIRE 35.300.376.536

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26/04/2023

Data, Hora e Local: 26/04/2023, às 09:00 horas, na sede da Companhia. **Mesa:** **Francisco José de Almeida Fernandes**, Presidente; e **Bruno Nogueira**, Secretário. **Convocação e Presença:** Os sócios foram convocados por anúncio publicado em 24, 25 e 26/03, estando presentes acionistas detentores de 100% do capital social. **Ordem do Dia:** (a) aprovação das contas da administração, bem como das demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (b) alteração dos requisitos para ser nomeado como Diretor e membro do Conselho de Administração; (c) alteração da forma de convocação dos acionistas; (d) alteração do objeto social da Sociedade; (e) autorizar a Administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à sua implementação; e (f) outros assuntos de interesse da Sociedade. **Deliberações aprovadas por unanimidade:** **1º:** Aprovam as demonstrações financeiras e as contas da administração referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, ratificando todas as deliberações tomadas pela Diretoria e Conselho de Administração. **2º:** Decidem alterar o objeto social da Companhia, uma vez que esta passará a desenvolver atividades de compra e venda de imóveis próprios e referida atividade deve estar discriminada em seu objeto social, sem prejuízo das demais atividades já desenvolvidas até esta data. Os acionistas fazem constar a nova redação do Artigo 2º do Estatuto Social: **"Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto social: (i) a compra e venda de bens imóveis próprios; (ii) locação de bens imóveis próprios; (iii) a incorporação imobiliária; e, (iv) a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista." **3º:** Deliberam, ainda, pela alteração dos Artigos 17º e 21º do Estatuto Social, a fim de retirar a obrigatoriedade dos membros do Conselho de Administração e Diretoria serem residentes no país e acionistas da Companhia, e que passam a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 17º.** O Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 03 e no máximo 8 membros, sendo um nomeado Presidente do Conselho de Administração e um nomeado Vice-presidente do Conselho de Administração, todos pessoas naturais, acionistas ou não da Companhia, eleitos pela Assembleia Geral, os quais não receberão qualquer remuneração, para o mandato de no máximo 03 anos, admitida reeleição. **Artigo 21º.** A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo 02 e máximo 05 membros, sendo um nomeado Diretor Presidente e os demais, Diretor sem designação específica, todas pessoas naturais, acionistas ou não da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de no máximo 03 anos, admitida a reeleição." **4º:** Deliberam também pela alteração do prazo mínimo para convocação de reuniões da Diretoria e do Conselho de Administração para 08 dias e alteram a redação dos Artigos 18º e 22º do Estatuto Social, que passam a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 18º.** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao ano, extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação do Presidente ou da metade de seus membros eleitos. **§ 1º.** A convocação será feita com antecedência mínima de 08 dias, por comunicação interna com protocolo de recebimento, por carta registrada ou protocolada, contendo a respectiva Ordem do Dia. Considerar-se-á regularmente convocado o conselheiro presente à reunião. **Artigo 22º.** A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada pelo Diretor Presidente, na sede social da Companhia. **§ 1º.** A convocação será feita com antecedência mínima de 08 dias, por comunicação interna com protocolo de recebimento, por carta registrada ou protocolada, contendo a respectiva Ordem do Dia. Considerar-se-á dispensada a observância dessa formalidade quando a reunião contar com a presença de todos os membros da Diretoria." **5º:** Aprovadas todas as deliberações acima, os acionistas autorizam a Diretoria da Companhia a realizar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar foi lavrada esta Ata. São Paulo, 26/04/2023. Mesa: **Francisco J. de A. Fernandes** – Presidente; **Bruno Nogueira** – Secretário. JUCESP – Registrado sob nº 227.285/23-2 em 02/06/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Refuá Participações S.A.

CNPJ nº 30.638.051/0001-04 - NIRE 35.300.518.578

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária em 19/06/2023 às 15hs

Ficam convocados os Srs. acionistas da **Refuá Participações S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.313, 4º andar, Conjunto 41, Anexo: Parte, Bairro Bela Vista, CEP 01311-934, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 30.638.051/0001-04 ("Companhia"), para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 19/06/2023, às 15hs horas, de modo parcialmente digital, conforme orientações abaixo, sendo facultada a participação (i) por meio da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital") ou (ii) mediante comparecimento na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.313, 4º andar, Conjunto 41, Anexo: Parte, Bairro Bela Vista, CEP 01311-934, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **1.** aumentar o capital social da Companhia mediante: **1.1.** a criação de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com características, preferências e vantagens referentes a dividendos, preferência em liquidação, preferência no recebimento de recursos e conversão, descritas no Edital de Convocação e no Manual para Participação dos Acionistas e Proposta da Administração, enviados por e-mail para cada um dos acionistas. **1.2.** a emissão de 189.537 ações preferenciais da Companhia, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R\$ 383,55044133863, no montante total de R\$ 72.697.000,00, a serem totalmente subscritas, e integralizadas até 31/12/2023. Em virtude desta emissão, o capital social da Companhia passaria de R\$ 244.591.497,82 para R\$ 317.288.497,82, dividido em (i) 1.491.059 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 189.537 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Representando, portanto, um aumento no capital social de R\$ 72.697.000,00. **2.** se aprovado o aumento de capital nos termos do item 1 acima, abertura do prazo para exercício do direito de preferência, pelos acionistas, na subscrição das ações preferenciais emitidas. **3.** se não aprovado o aumento de capital descrito no item 1 acima, aumentar o capital social da Companhia nos termos da Cláusula 6 do Acordo de Acionistas, no valor de R\$ 72.697.000,00, mediante a emissão de 72.697.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R\$ 1,00 (um real), sendo certo que este número de ações a serem emitidas e o preço de emissão por ação consideram como referência os resultados mensais de maio de 2022 a abril de 2023 e que, como nos termos da Cláusula 6 do Acordo de Acionistas, devem ser considerados os resultados mensais dos últimos 12 meses e o resultado de maio de 2023 será fechado entre a presente data e a data da realização da assembleia, a depender do resultado de maio de 2023 o preço de emissão por ação e, consequentemente, o número de ações emitidas, podem ser ajustados, tudo nos termos da Cláusula 6.6 do Acordo de Acionistas. Se aprovado o aumento de capital nos termos deste item 3, abertura do prazo para exercício do direito de preferência, pelos acionistas, na subscrição das ações ordinárias emitidas. **4.** se aprovado o aumento de capital social previsto nos termos do item 1 acima ou nos termos do item 3 acima, a consequente reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a respectiva deliberação. **5.** autorizar a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para implementar as deliberações que sejam aprovadas. **Informações Gerais:** **Participação na Assembleia:** A Assembleia será realizada de modo parcialmente digital, sendo facultada a participação (i) por meio da Plataforma Digital ou (ii) mediante comparecimento na sede social da Companhia, em ambos os casos pessoalmente ou por procurador devidamente constituído. A apuração de votos dar-se-á durante a Assembleia, através da contagem dos votos realizados na própria Assembleia. Os resultados da apuração de votos serão divulgados durante a Assembleia pelo Presidente da Mesa. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** A Companhia informa que os documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital de Convocação e a serem discutidos na Assembleia, incluindo o Manual para Participação dos Acionistas e a Proposta da Administração, bem como demais documentos de apoio, foram disponibilizados aos Srs. nesta data (em conjunto com o envio do presente Edital de Convocação) e encontram-se à disposição dos Srs. acionistas na sede social da Companhia. São Paulo, 10/06/2023. **Carlos Eduardo Martins.**

Cotação das moedas



Coroa (Suécia) - 0,4528	Peso (Chile) - 0,006033
Dólar (EUA) - 4,8533	Peso (México) - 0,2819
Franco (Suíça) - 5,3616	Peso (Uruguai) - 0,1255
Iene (Japão) - 0,03467	Yuan (China) - 0,678
Libra (Inglaterra) - 6,121	Rublo (Rússia) - 0,05763
Peso (Argentina) - 0,01963	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,2382

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 4,8527 / R\$ 4,8533 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 4,8590 / R\$ 4,8610 *
Turismo - R\$ 4,9600 /
R\$ 5,0600
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado
no dia: -0,12%

OURO BM&F
R\$ 298.01

BOLSAS

B3 (Ibovespa)
Variação: -0,50%
Pontos: 116.742
Volume financeiro:
R\$ 28,058 bilhões
Majores altas: PetroRio ON (3,62%), Embraer ON (2,08%), Santander BR UNT (1,61%)
Majores baixas: CVC Brasil ON (-6,90%), Lojas Renner ON (-5,78%), Magazine Luiza ON (-5,05%)
S&P 500 (Nova York): 0,69%
Dow Jones (Nova York): 0,43%
Nasdaq (Nova York): 0,83%
CAC 40 (Paris): 0,56%
Dax 30 (Frankfurt): 0,83%
Financial 100 (Londres): 0,32%
Nikkei 225 (Tóquio): 1,8%
Hang Seng (Hong Kong): 0,6%
Shanghai Composite (Xangai): 0,15%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,53%
Merval (Buenos Aires): 0,06%
IPC (México): 0,55%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Janeiro 2023: 0,53%
Fevereiro 2023: 0,84%
Março 2023: 0,71%
Abril 2023: 0,61%

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Negócios

Após novos números, rombo total na Americanas beira os R\$ 50 bi



A divulgação na terça-feira (13) de fato relevante em que a Americanas assume a existência de fraude em seus balanços vai muito além dos R\$ 20 bilhões em “inconsistências contábeis” apontados pelo ex-CEO da companhia, Sergio Rial, na noite de 11 de janeiro. A fraude beira os R\$ 50 bilhões, segundo pessoas próximas às negociações dos bancos credores com a Americanas.

De acordo com o comunicado divulgado nesta terça, a Americanas revelou que havia fraude na suposta contratação de bônus junto à indústria -uma prática comum no varejo, quando fabricantes dão descontos para grandes encomendas, que o documento apontou como “contratos

de verba de propaganda cooperada e instrumentos similares (VPC)”. Ou seja, o nome do fabricante aparecia em campanhas da Americanas, que por isso recebia um desconto na compra dos produtos. Mas esses descontos nunca foram concedidos de fato.

“Esses lançamentos [de VPC], feitos durante um significativo período, atingiram, em números preliminares e não auditados, o saldo de R\$ 21,7 bilhões em 30 de setembro de 2022”, diz o relatório.

“As contrapartidas contábeis em balanço patrimonial desses contratos de VPC criados ao longo do tempo, os quais não tiveram lastro financeiro associado, se deram majoritariamente na forma de lançamentos redutores da conta de fornecedores, tota-

lizando, em números preliminares e não auditados, o saldo de R\$ 17,7 bilhões em 30 de setembro de 2022. A diferença de R\$ 4 bilhões teve como contrapartidas lançamentos contábeis em outras contas do ativo da companhia”, diz o fato relevante.

Além disso, as operações de financiamento de compras -risco sacado, forfait ou confirming- somam R\$ 18,4 bilhões e as operações de financiamento de capital de giro alcançam R\$ 2,2 bilhões, em números preliminares, diz o texto.

Essa operação de risco sacado é outra prática comum do varejo: um agente financeiro antecipa o pagamento ao fornecedor, cobrando um juro por isso.

Daniele Madureira/Folhapress

Rede de hotéis Hard Rock prevê R\$ 8 bilhões em negócios



A incorporadora VCI, que está trazendo a rede Hard Rock Hotels ao Brasil, espera movimentar R\$ 8 bilhões com a comercialização de unidades dos hotéis de luxo que pretende instalar em oito cidades.

Com um atraso de um ano, o primeiro deles está sendo concluído na Ilha do Sol, no município de Sertaneja, a cerca de 80 km de Londrina (PR). A empresa diz que está em fase final de construção e já vendeu 90% das frações do empreendimento. A inauguração está prevista para o segundo semestre deste ano.

Outros dois empreendimentos estão em construção -um em São Paulo (SP), na

Empresa de utensílios Pyrex pede falência

A Instant Brands, empresa fundada em 2009, responsável por fabricar utensílios de cozinha Pyrex, entrou com pedido de falência nos Estados Unidos sob a alegação de possuir dívidas demais para suportar o aumento das taxas de juros e condições de crédito mais rígidas.

Entretanto, a Pyrex tem uma história secular e revolucionou o mercado das louças com vidros mais resistentes, que fizeram a marca se tornar sinônimo de travessa.

Na última segunda-feira (12), a Instant Brands entrou com pedido de falência nos EUA nesta segunda-feira alegando ter dívidas demais para suportar o aumento das taxas de juros e condições de crédito mais rígidas.

Controlada pela empresa de private equity Cornell Capital LLC, a empresa e

14 afiliadas entraram com pedido de proteção do Capítulo 11, da lei de falências dos Estados Unidos, contra credores junto a tribunal federal de falências no sul do Texas, com até 1 bilhão de dólares em ativos e passivos.

A Instant Brands disse que planeja continuar operando enquanto se reestrutura e, para esse fim, alinhou 132,5 milhões de dólares para financiamento. Entidades localizadas fora dos Estados Unidos e do Canadá não estão buscando proteção judicial.

Em janeiro, a Instant Brands concordou em pagar uma multa e mudar suas práticas de marketing para resolver alegações da Comissão Federal de Comércio dos EUA de que anunciava falsamente copos medidores de vidro Pyrex como “Made in USA” enquanto importava alguns deles da China.

Folhapress



antiga sede do banco Sumitomo, na avenida Paulista, e outro na Praia de Lagoinha, em Paraipaba (CE).

Em fase de captação de recursos para as obras estão as unidades de Campos do Jordão (SP), Jericoacoara (CE), Foz do Iguaçu (PR), Natal (RN) e Recife (PE).

Apenas a unidade de São Paulo não é comercializada no modelo de multi propriedade imobiliária. Nessa modalidade de compras de frações do empreendimento, os clientes adquirem o direito de uso de apartamentos em um determinado número de semanas ao longo do ano.

O objetivo deste modelo de gestão de recursos é captar investimentos na fase

de construção e permitir aos multi proprietários vantagens após a inauguração do espaço, além de diminuir os custos que a administração de uma casa de praia geraria ao proprietário, por exemplo.

Em 2017, a VCI adquiriu o direito de usar a marca Hard Rock no mercado brasileiro, em uma parceria de 28 anos.

Em 2021, a VCI teve seu registro de companhia aberta suspenso pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

A suspensão ocorreu após atraso de mais de um ano na prestação de informações à autarquia. Durante o período, a companhia não pôde, por exemplo, emitir títulos no mercado para captar recursos.

Julio Wiziack/Folhapress